



A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE OS DESAFIOS NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO SUS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

DOI: 10.5281/zenodo.18022706

Francielle Moreira Rodrigues¹
Bianca Graciele Vieira de Lima²
Fernanda Vilela Gomes³

RESUMO

A transexualidade é compreendida como uma experiência de identidade de gênero que difere do sexo biológico atribuído no nascimento, sendo uma definição que transcende aspectos terminológicos e biológicos e representa a maneira como o indivíduo se percebe como sujeito e se expressa socialmente. Busca-se nesse estudo abordar a contribuição da assistência da Enfermagem no processo transexualizador no SUS, e abordando também a importância dos profissionais enfermeiros em obter competências para oferecer o acolhimento a essa população, visando à diminuição do preconceito e ofertando seus direitos garantidos por lei. **Objetivo:** Analisar e articular discussões de gênero para o campo de conhecimento da saúde pública e a contribuição do enfermeiro no acolhimento da população LGBT nos serviços de saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa por meio da revisão integrativa de artigos identificados na busca, através de material eletrônico nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), especialmente nas bases de dados: LILACS, PUBMED E SCIELO, no período compreendido entre os anos de 2020 a 2024. **Resultados:** Evidenciou que os LGBTs passam por diversos problemas para serem incluídos nos serviços de saúde, devido muitas vezes a abordagem despreparada de equipes de enfermagem. Isso é potencializado pelo fato de muitos profissionais de enfermagem também carecerem de formação especializada na temática. Nesse contexto, percebemos a importância que o enfermeiro desempenha para inclui-los, de forma que possam ser bem recebidos, e com isso, se sentir confortáveis em buscar atendimento. **Conclusões:** Foi possível observar que muitos são os obstáculos que ainda estão por serem investigados, necessitando de haver mais pesquisas referentes ao tema. Portanto o estudo foi apenas uma simples contribuição do Enfermeiro na luta pelo direito a ter direitos.

Palavras-chave: Enfermagem, Processo transexualizador, SUS.

INTRODUÇÃO

A sexualidade humana é um aspecto complexo e amplo envolvendo dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais. O termo “TRANS” é utilizado quando a pessoa não se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu, ou seja, é alguém que não se sente adequado ao gênero que recebeu no nascimento (Lima et. al, 2025). A transição de gênero está associada a um acompanhamento

hormonal, suporte psicológico e, quando necessário, intervenções cirúrgicas de designação sexual. Os dados no Brasil sobre pessoas trans são limitados. Indivíduos trans representavam 0,69% da população e não binários, 1,19%, em levantamento realizado em 2021, totalizando quase 3 milhões de pessoas (Spizzirri et. al, 2021).

O Processo Transexualizador foi instituído no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2008 e em 2013, o programa foi ampliado e, atualmente, suas diretrizes

¹ Mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Email: francielle_mr@hotmail.com giselecarvalho1418@gmail.com

²Graduandas em Enfermagem pelo Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ, GO. Email: biancagracielelima@gmail.com fernandavilela1106@gmail.com



estão consolidadas na Portaria GM/MS nº 2, de 2017, que regulamenta o atendimento e a habilitação dos serviços no âmbito do SUS (Brasil, 2017). No Brasil, grande parte da população trans ainda enfrenta desafios diários, devido à resistência social em aceitar a diversidade humana. Portanto o reconhecimento e o respeito às identidades trans são essenciais para a promoção dos direitos humanos e da inclusão social.

São incontáveis os desafios que uma pessoa trans sofre no cotidiano. Bem como, discriminação nos serviços, falta de qualificação dos profissionais de saúde, patologização da transexualidade, acolhimento inadequado, discriminação baseado em crenças, entre outras dificuldades. (Moraes et al. 2023). Além disso, a falta de apoio familiar é uma das principais dificuldades enfrentadas por esta população, resultando, muitas vezes, em rejeição, expulsão de casa e rompimento de vínculos afetivos, o que causa comprometimento a saúde mental, a autoestima e a estabilidade emocional.

O Processo Transexualizador no SUS tem sua porta de entrada nas UBS, constituindo a primeira linha de acolhimento e acompanhamento. Sendo composta pela equipe multidisciplinar, que tem a responsabilidade de garantir o acesso a cuidados de saúde de forma segura e inclusiva, respeitando as necessidades e os direitos dos pacientes. (Sales et al. 2025). Com tudo, a atuação da equipe de enfermagem é fundamental, pois ela está diretamente envolvida na promoção do cuidado integral, acolhimento humanizado e apoio contínuo durante todo o processo de transição.

Pretende-se com esse artigo, analisar os principais desafios enfrentados no processo transexualizador oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), evidenciando as barreiras de acesso e organização do serviço, quanto as questões relacionadas ao preconceito e a vulnerabilidade. Além de discutir a assistência de enfermagem diante dessas demandas, destacando seu papel na promoção de um cuidado integral, humanizado e ético. A assistência de enfermagem frente os desafios no processo transexualizador no SUS.

METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, do tipo revisão integrativa, com abordagem qualitativa do tipo descritiva-exploratória. A revisão integrativa é um tipo de revisão que realiza uma busca sistemática na literatura com o objetivo de gerar uma síntese como um todo sobre o que se sabe a respeito de um tópico de interesse. Esta revisão se distingue de outras pela inclusão intencional de literatura de diversas fontes e metodologias (Kutcher e Lebaron, 2022).

O desenho metodológico adotado foi a revisão narrativa da literatura, realizada a partir da seleção e análise de artigos científicos disponíveis nas bases de dados bases de dados google acadêmico, PubMed, LILACS e SciELO. Foram selecionados artigos dos últimos seis anos, com foco em revisões sistemáticas metanálises que evidenciaram o impacto sobre o tema. Além disso, os descritores utilizados foram; Mudança de gênero, Sistema Único de Saúde, Procedimentos de

¹ Mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Email: francielle_mr@hotmail.com giselecarvalho1418@gmail.com

²Graduandas em Enfermagem pelo Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ, GO. Email: biancagracielelima@gmail.com fernandavilela1106@gmail.com



Readequação Sexual, Cirurgia de Readequação Sexual e Cuidados de Enfermagem. Os critérios de seleção incluíram estudos que atendessem aos seguintes requisitos: estudos publicados em inglês e português, revisões sistemáticas, relatos de casos, estudos clínicos e artigos publicados entre 2020 e 2024. Foram excluídos artigos duplicados, trabalhos acadêmicos não revisados por pares (como TCCs, dissertações e teses), resumos de eventos e estudos sem relação direta com o objetivo da pesquisa.

Após leitura detalhada e aplicação dos critérios de relevância, os artigos foram efetivamente utilizados para fundamentar a revisão teórica e subsidiar a discussão dos resultados. A análise dos dados foi realizada por meio de leitura exploratória, seletiva e analítica, com foco na identificação dos principais conceitos, estratégias de cuidado, evidências científicas e contribuições referentes à assistência da enfermagem frente aos desafios no processo transexualizador.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Processo Transexualizador (PrTr) é definido como o conjunto de ações de cuidado e atenção integral de pessoas transexuais e travestis, tendo como objetivo principal a realização de transformações corporais a fim de obter conciliação entre aparência física e identidade de gênero (Adorno et al., 2022). No Brasil, o PrTr foi vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS) em 2008, através da Portaria GM/MS nº1.707 de 18 de agosto e regulamentado pela Portaria SAS nº 457 de 19 de agosto de 2008. Cinco anos depois, o programa foi

redefinido e ampliado com a publicação da Portaria GM/MS nº 2.803 de 19 de novembro de 2013. Atualmente a normativa sobre o PrTr está publicada na Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017.

Há diversos desafios para o PrTr no SUS, como por exemplo a patologização da transexualidade como critério de acesso, o não uso do nome social, tempo de espera, a hegemonia da lógica binária de gênero, a transfobia e a falta de preparo e informação dos profissionais de saúde (Borges e Passos, 2021, Boldrin et al., 2025). Por esse motivo, muitas pessoas trans, ao buscarem a transição de gênero, cogitam e realizam práticas informais, compartilhadas por pares ou nas redes sociais, como a automedicação de hormônios e aplicações de silicone líquido industrial (Da Silva et al., 2022).

A identificação do não pertencimento à identidade de gênero com a qual nasceu já é manifestada desde a infância, ao perceberem não se reconhecerem com o corpo biológico (Hanauer e Hemmi, 2019). Em um dos relatos colhidos pelo estudo de Hanauer e Hemmi (2019), um homem trans relatou que nunca se considerou uma criança como as outras, sentia-se como um menino que pensava como menina. Os entrevistados salientam como as redes sociais, a televisão e sites da internet foram muito importantes para buscarem apoio e informações que contribuíram para sua auto identificação como pessoa trans.

A Identidade de gênero é classificada como a relação individual do gênero de cada indivíduo, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no

¹ Mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Email: francielle_mr@hotmail.com giselecarvalho1418@gmail.com

²Graduandas em Enfermagem pelo Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ, GO. Email: biancagracielelima@gmail.com fernandavilela1106@gmail.com



nascimento, sendo assim tem-se as seguintes especificações:

Cisgênero: corresponde ao ser que se identifica com o mesmo gênero do sexo atribuído no nascimento. Por exemplo: uma pessoa nascida com o sexo biológico feminino e se identifica com o papel de gênero feminino na sociedade em que vive (Sares-Jáske et al., 2023).

Transgêneros: são aqueles cuja identidade de gênero não condiz com o sexo que foi atribuído ao nascer. Por exemplo: uma pessoa nascida com o sexo biológico feminino e se identifica com o papel de gênero masculino na sociedade em que vive (Sares-Jáske et al., 2023).

Travestis: são pessoas que ao nascer foram atribuídas ao gênero masculino por possuírem o sexo biológico masculino, mas que se reconhecem como pertencentes ao espectro do gênero feminino, têm expressão de gênero feminina (Sares-Jáske et al., 2023). Em alguns casos, travestis não se vêem exclusivamente nem como homem e nem como mulher, mas sim com uma “terceira identidade” (Oliveira et al., 2023).

Mulheres Transexuais: são pessoas que ao nascer foram atribuídas ao gênero masculino por possuírem o órgão genital pênis, mas que ao longo da vida se reconheceram como pertencentes ao gênero feminino e reivindicam o papel social como mulheres (Oliveira et al., 2023).

Homens Trans: são pessoas que ao nascer foram atribuídas ao gênero feminino por possuírem a vagina como órgão genital, mas que ao longo da vida se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e reivindicam o papel social de homens (Oliveira et al., 2023).

De maneira similar a qual a transição de gênero é um processo que envolve diversas vivências para o indivíduo, a experiência da família também é sensível e pode contribuir de forma positiva ou negativa durante esse processo de aceitação (Braz et al., 2020). Muitas pessoas transgênero vivenciam rejeição ou alienação por parte de seus familiares e, com frequência, discriminação dentro da comunidade que faz parte, durante e após o processo de transição (Von Doussa et al., 2017).

O compartilhamento de dúvidas e emoções, assim como a superação de obstáculos do cotidiano, podem ser mais eficazes ao se ter apoio familiar, no entanto, se a família não atender os valores e necessidades do indivíduo, isso pode levar a rupturas profundas de vínculos (Braz et al., 2020). Em um estudo sobre o sofrimento mental e suporte familiar conduzido no Estado de Alagoas, foi constatado que 94,6% dos entrevistados apresentaram baixo suporte familiar, tendo a rejeição um forte agravante à depressão e tentativa de suicídio (Lins et al., 2024).

A cirurgia de redesignação sexual é um procedimento médico complexo realizado em pessoas transexuais que busca modificar os órgãos genitais, exigindo para tal profissionais especializados e longos procedimentos cirúrgicos. Este processo envolve a construção de um novo órgão genital ou ainda a remoção de órgãos acessórios, como testículos, mamas e ovários.

A cirurgia de mudança de sexo foi autorizada pela resolução nº 1.482/97 com procedimentos complementares como modificação de características sexuais e

¹ Mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Email: francielle_mr@hotmail.com giselecarvalho1418@gmail.com

² Graduandas em Enfermagem pelo Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ, GO. Email: biancagracielelima@gmail.com fernandavilela1106@gmail.com



gônadas, podendo então ser realizados em hospitais públicos e privados. No entanto mesmo sentindo desconfortável com seu corpo, para realizar a cirurgia de transgenitalização, é necessário enquadrar-se aos requisitos para realização da 17 intervenção cirúrgica, sendo que o paciente deve ter no mínimo 21 anos de idade e acompanhamento multidisciplinar por dois anos (Schmidt, 2024).

As operadoras de planos de saúde possuem a obrigação de custear as cirurgias de transgenitalização e de plástica mamária desde quando foi decidido por unanimidade pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2023 (STJ, 2023). Se considerar a legislação internacional, o Brasil está à frente neste aspecto, visto que países como os Estados Unidos, por exemplo, têm a obrigação das operadoras de planos de saúde de custear essas cirurgias altamente variáveis (Ngaage et al., 2019).

O Ministério da Saúde, instituiu o acesso ao processo transexualizador no serviço público de saúde através da Portaria 2.836/2011, e o ampliou com a Portaria 2.803/2013, adicionando novos procedimentos, órteses, próteses, medicamentos e materiais especiais para serem oferecidos pelo SUS.

O SUS oferece acompanhamento profissional e especializado desde o contato com psicólogos, hormonioterapia e a cirurgia de redesignação propriamente dita. Mas é importante que haja procura por parte das pessoas transexuais, que muitas vezes não se sentem confortáveis em ir no médico e preferem buscar ajuda com a disforia de corpo se automedicando com hormônios femininos ou masculinos e aplicando próteses por indicações de amigos,

conhecidos ou buscando na internet, práticas que aumentam a chances de ocorrência de doenças, mortes ou sequelas (Hanauer e Hemmi, 2019).

Em um estudo onde se analisou os números de cirurgias de redesignação sexual do sexo feminino e masculino realizados no SUS entre os anos de 2015 e 2019, foi identificado que no período avaliado houve apenas uma cirurgia de redesignação sexual do sexo feminino no SUS. Já para o sexo masculino, no mesmo período, houve 171 cirurgias, ou seja, uma média de 3 por mês (Nascimento et al., 2021). Ao considerar um período maior, de 2013 a 2022, os números de cirurgias saltam para 253, mas prevalecem as cirurgias de redesignação sexual do sexo masculino (96%), com destaque para a região Sudeste do país que foi a única que realizou cirurgias em pessoas trans do sexo feminino (Valois et al., 2024).

A equipe de enfermagem está presente no atendimento à saúde de pessoas trans desde o primeiro ao último contato em serviços ambulatoriais e hospitalares, desempenhando um papel crucial no cuidado desta comunidade. O art. 41, afirma que, os profissionais devem prestar assistência sem discriminação de qualquer natureza, ou seja, ser imparcial no atendimento ao cliente LGBT (COFEN, 2019).

A Portaria Nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, respalda os usuários de saúde de seu direito de ser identificado com o nome de sua preferência. A importância do uso do nome social vem do reconhecer pelo paciente que o antigo nome (nome civil) não o representa e é no momento do acolhimento que o paciente receberá seu

¹ Mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Email: francielle_mr@hotmail.com giselecarvalho1418@gmail.com

²Graduandas em Enfermagem pelo Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ, GO. Email: biancagracielelima@gmail.com fernandavilela1106@gmail.com



primeiro contato com o agente de saúde e, por isso, uma boa impressão do serviço prestado reflete em etapas no atendimento de enfermagem.

À enfermagem, cabe um papel relevante de acolhimento nas redes de atenção em saúde, bem como, o dever de atuar na aplicação integral das políticas públicas, na informação às usuárias da saúde e na construção de novas ações que auxiliem na eliminação da discriminação e em prol do direito de todos ao acesso humanizado e integral em saúde, ponderando as singularidades e necessidades individuais (Lovison et al., 2019).

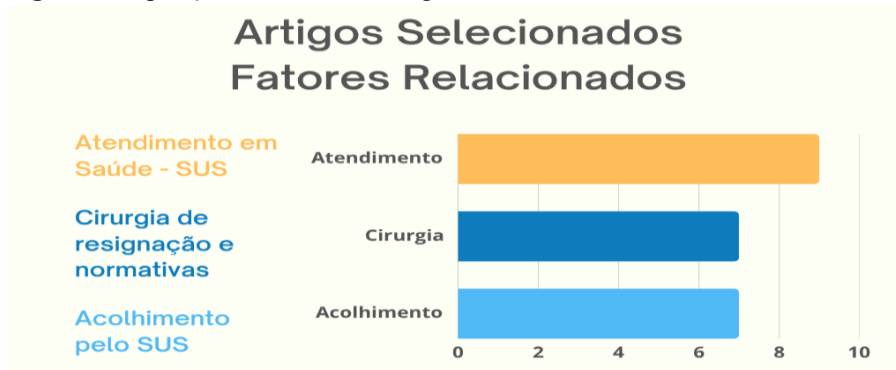
O enfermeiro deve manter uma postura reflexiva frente aos padrões heterossexuais socialmente estabelecidos, ajudando a prevenir e repelir ocorrências de preconceito e discriminação sobre esses usuários e oferecer-lhes uma assistência humanizada e holística, buscando alcançar suas necessidades de cuidados específicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, foram encontrados 369 artigos somando todas as bases de dados. Dessa forma, os termos usados durante a pesquisa foram classificados e combinados nos bancos de dados, resultando em estratégias específicas de cada base.

Em relação à temática dos artigos selecionados, pode-se visualizar na figura 1 a relação por cada eixo, de maneira que nove artigos abordaram abertamente sobre o atendimento em saúde no SUS; sete artigos descreveram sobre cirurgia de resignação sexual (também chamadas de transgenitalização ou readequação sexual) e/ou normativas e sete artigos abordaram tanto a qualidade do acolhimento nos serviços do SUS, quanto a atuação ou formação dos profissionais de enfermagem. Conforma o demonstrado na Figura 1.

Figura 1. Exposição numérica dos artigos selecionados de acordo com os fatores relacionados.



Fonte: Autores, 2025

Os artigos apontam para a insuficiência tanto do sistema de saúde público quanto o privado, em responder adequadamente às necessidades de cuidados da população trans. Embora uma

boa parte da comunidade trans tenha procurado o serviço de saúde público, ele sempre está descrito como “em último plano”, ou nem cogitado, devido ao

¹ Mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Email: francielle_mr@hotmail.com giselecarvalho1418@gmail.com

²Graduandas em Enfermagem pelo Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ, GO. Email: biancagracielelima@gmail.com fernandavilela1106@gmail.com



desgaste da humilhação e descaso que sofreram em experiências anteriores.

O contexto discriminador do qual é referido nos trabalhos, tem relação com o forte tabu sociocultural em volta da sexualidade, que está fortemente enraizado na sociedade e na família, passando de geração a geração. Muitos alunos da graduação de enfermagem saem para o mercado de trabalho sem terem uma aula sobre a temática da transexualização e do processo transexualizador (Queiroz et al., 2023).

As intervenções realizadas por estes profissionais são de extrema importância para a promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação de situações de risco à saúde, muitas vezes contribuindo também em questões de amparo familiar e social. E quando procuram o serviço de saúde encontram diversas barreiras como sendo uma das principais a discriminação (Ferreira, 2017).

No processo transexualizador no SUS, é fundamental lembrar que acolher é um compromisso de retorno às necessidades dos cidadãos que procuram os serviços de saúde (Brasil, 2017). Sendo assim, a contribuição da enfermagem perante a esta população em seu processo transexualizador se baseiam em diversos aspectos, dentre eles está o acolhimento, que é uma postura ética, que consiste na escuta sensível do usuário sobre suas queixas, reconhecendo seu protagonismo no processo de saúde e adoecimento, ativando assim as redes de compartilhamento de saberes.

CONCLUSÃO

A análise dos estudos permitiu compreender as barreiras relacionadas aos caminhos percorridos pelos usuários trans no sistema de saúde, sobretudo os desafios inerentes aos serviços que atendam às suas demandas, principalmente ao que se refere à transição de gênero.

Constata-se que, apesar dos avanços, ainda existe um déficit gigantesco de profissionais capacitados e de serviços de saúde voltados a atender as particularidades de uma população que tem sua existência invalidada e é frequentemente marginalizada pela sociedade contemporânea.

Acredita-se que ao produzir e disseminar conhecimento sobre o tema, informar e sensibilizar a sociedade, bem como, os profissionais de saúde e gestores acerca das garantias de acesso ao atendimento, considerando as especificidades de saúde dessa população, possibilita-se avançar a um atendimento mais qualificado e humanizado.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, L. L. et al. The Historical Profile of the National Panorama of the Tran Sexualizing Process in Brazil. *Journal of Health Sciences*, v. 24, n. 4, p. 283–289, 15 dez. 2022.
- BORGES, M. DA C.; PASSOS, M. A. N. A importância do atendimento humanizado da equipe de enfermagem no cuidado de pacientes trans. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 4, n. 8, p. 12–22, 13 fev. 2021.

¹ Mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Email: francielle_mr@hotmail.com giselecarvalho1418@gmail.com

²Graduandas em Enfermagem pelo Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ, GO. Email: biancagracielelima@gmail.com fernandavilela1106@gmail.com



BRASIL. Gabinete do Ministro/Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Gabinete do Ministro/Ministério da Saúde. Portaria nº 1707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transsexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.

BRASIL. Gabinete do Ministro/Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008.

BRAZ, D. G. DE C. et al. Vivências familiares no processo de transição de gênero. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 33, 28 ago. 2020.

CFM. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1955, de 3 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02.

CFM. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 2.427,

de 8 de abril de 2025. Revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero e dá outras providências.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução nº 564, de 6 de dezembro de 2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

DA SILVA, R. A. DA et al. Uso de hormônios não prescritos na modificação corporal de travestis e mulheres transexuais de Salvador/Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 2, p. 503–514, fev. 2022.

FERREIRA, B. DE O. et al. Vivências de travestis no acesso ao SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, n. 4, p. 1023–1038, dez. 2017.

LIMA, P. H. DA C. et al. Desafios nos cuidados de enfermagem a população transsexual na atenção básica: revisão integrativa. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, n. 2, p. 2599–2612, 25 fev. 2025.

LINS, J. C. DA S. et al. Sofrimento mental, suporte familiar e empoderamento de pessoas transgênero. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 37, p. eAPE02465, 23 set. 2024.

LOVISON, R. et al. Travestis e transexuais: despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde.

¹ Mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Email: francielle_mr@hotmail.com giselecarvalho1418@gmail.com

²Graduandas em Enfermagem pelo Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ, GO. Email: biancagracielelima@gmail.com fernandavilela1106@gmail.com



Enfermagem em Foco, v. 10, n. 5, 2019.

MORAES, M. D. et al. Os desafios encontrados por uma pessoa que precisa realizar o processo transexualizador no sus. *Revista Interdisciplinar em Saúde*, v. 10, n. Único, p. 466–479, 17 jun. 2023.

NASCIMENTO, A. et al. Análise dos números de cirurgias de redesignação sexual do sexo feminino e masculino realizados no sus entre os anos de 2015 e 2019. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 2, p. 17258–17261, 20 fev. 2021.

OLIVEIRA, A. S. DE et al. Revisão da literatura: estudos sobre pessoas transgêneros e masculinidades no Brasil. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 4, p. e18912441178–e18912441178, 11 abr. 2023.

QUEIROZ, A. B. A. et al. Transsexuality and health demands: representations of nursing students. *Revista gaúcha de enfermagem*, v. 44, 1 jan. 2023.

SALES, C. R. et al. Transição de Gênero Assistida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil e Atendimento em Unidades Básicas de Saúde: Uma Revisão Integrativa. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, n. 1, p. 410–425, 11 jan. 2025.

SARES-JÄSKE, L. et al.

Gendered Differences in Experiences of Bullying and Mental Health Among Transgender and Cisgender Youth. *Journal of Youth and Adolescence*, v. 52, n. 8, p. 1531–1548, 18 maio 2023.

SCHMIDT, Érika Barbosa. *Transexuais e a Alteração do Nome e do Sexo no Registro Civil*. Curitiba, 2024.

SPIZZIRRI, G. et al. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. *Scientific Reports*, v. 11, n. 1, 26 jan. 2021.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Plano de saúde deve custear cirurgias de redesignação sexual. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/05122023-Terceira-Turma-determina-que-plano-de-saude-cubra-operacao-de-mudanca-de-sexo-para-mulher-transexual.aspx>>. Acesso em: 22 set. 2025.

¹ Mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Email: francielle_mr@hotmail.com giselecarvalho1418@gmail.com

²Graduandas em Enfermagem pelo Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ, GO. Email: biancagracielelima@gmail.com fernandavilela1106@gmail.com